NOEMILIS MARA BUHLER SAAD

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

CURITIBA
2005

NOEMILIS MARA BUHLER SAAD

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de especialização em Organização do Trabalho Pedagógico da UFPR, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Ricardo Ross.

CURITIBA
2005

Que os nossos esforços

Desafiem as impossibilidades

Lembrai-vos de que

As grandes proezas,

Foram sempre conquistadas

Daquilo que parecia impossível

Charles Chaplin

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO----------1

CAPÍTULO I----------4

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ----------4

CAPÍTULO II---------- 10

A SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO INCLUSIVO ---------- 10

CAPÍTULO III---------- 13

PROCEDIMENTOS NA SALA INCLUSIVA: CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS -- 13

CAPÍTULO IV---------- 18

A INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO ---------- 18

CONCLUSÃO ---------- 23

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ---------- 25

ANEXOS ---------- 27

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, acerca da educação inclusiva percebida como "educação de qualidade sem excluir ninguém", realizada em escolas públicas ou particulares, nas quais todos os alunos, quaisquer sejam eles, aprendem juntos e desenvolvem suas potencialidades individuais, com recursos e materiais pedagógicos necessários.

É inegável que o tema da educação inclusiva é polêmico e muitas opiniões são percebidas nesses espaços educacionais. O tema da inclusão escolar gira em torno de seu pressuposto maior, a idéia de um novo modo de se pensar a educação com perspectiva da interação social. Nem todos educadores compartilham dessa premissa, pois há aqueles que acreditam que só a educação especial pode atender a demanda dos alunos com necessidades especiais; outros ainda crêem na integração total dessa parcela significativa de educandos em escolas regulares e há aqueles que defendem o trabalho educativo através de uma parceria entre educação especial e escola regular. Os pareceres e posturas atitudinais estão divididas e presentes nas escolas especiais e regulares.

É indiscutível que esse novo modo de pensar a educação sugere também o surgimento "a passos lentos" de uma nova sociedade, que busca uma modificação nos valores e atitudes exigindo assim uma nova forma de se ver a própria educação escolar rumo às possibilidades de resolução das situações problema.

Comenta-se que falar em educação escolar no contexto da inclusão é falar em uma estrutura educacional que seja eficiente para atender a todos os alunos nos seus diferentes níveis de ensino e que possibilite a interação social. E com freqüência comenta-se e discute-se sobre as viabilidades e possibilidades dessa nova proposta nesse contexto escolar atual já tão problemático.

Para a autora Mrech (1999), o processo educativo na escola inclusiva é entendido como processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. Pode-se dizer que todos são iguais, ou todos são diferentes, ou todos são especiais. Isso porque todos merecem

atenção e ensino diferenciados numa única escola, inclusiva, que seja capaz de atender com dedicação e tolerância a todos.

É indiscutível que o grande desafio atual é a construção de uma política educacional que esteja inserida em princípios sociais, fundamentada em proposta inclusivas que valorizam a diversidade humana, estabelecendo espaço a todos, independente de suas diferenças, e que possam exercer sua cidadania.

Através desse discurso se faz necessário conhecer a prática pedagógica numa escola de ensino regular e descobrir como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, tendo como objeto de estudo o aluno portador da síndrome de Down

É de fundamental importância entender a proposta inclusiva e conhecer como ela acontece dentro desse espaço escolar observando se o trabalho pedagógico está atendendo as demandas dessa emergente concepção educacional.

Sabe-se que até pouco tempo a escola especial detinha o atendimento dessa parcela de matrículas de alunos com atraso significativo nas áreas do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo, da linguagem e outras; e, que atualmente à escola regular incumbiu-se esse trabalho também.

Segundo Werneck (1997, p.65) a deficiência mental é o ponto nevrálgico da inclusão. Na síndrome de Down, o déficit cognitivo é de leve a moderado. Pelo seu fenótipo, as crianças com SD são freqüentemente estigmatizadas, se os pais optarem pela escola regular.

Convém, por todos esses motivos, conhecer como se concretiza esse processo de inclusão em aluno portador da SD em escola municipal regular. Farão parte do estudo:

-Rever os princípios da educação inclusiva que vem subsidiando as políticas nacionais de educação especial e a sua relação com a prática escolar, suas possibilidades e seus limites reais.

-Conhecer o processo de inclusão do aluno portador da síndrome de Down numa escola regular através de levantamento de dados.

-Verificar como escola oportuniza ao aluno um processo dinâmico de participação social e educativo dentro da escola.

Além da investigação empírica, a pesquisa deverá mostrar referencial teórico sobre o tema da inclusão, legislação e a síndrome de Down.

Para que se efetive análise do estudo de caso serão realizadas visitas a escola com entrevistas aos profissionais envolvidos com o aluno, ou seja, a equipe pedagógica da escola, a professora regente, professores de aulas especiais, professora de ensino especial e a mãe do aluno. Através de instrumento de observação com coleta de dados (anexo 1) serão levantados questionamentos que possam levar ao conhecimento do tema em questão: a participação social do aluno, o atendimento das suas necessidades especiais e a adequação metodológica em sala de aula e nos outros espaços da escola.

A finalidade é conhecer o processo de inclusão do educando tendo em vista a observância da interação social e o processo ensino aprendizagem, e análise da perspectiva da cidadania.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atualmente observa-se que muitos acreditam que as pessoas portadoras de deficiências apresentam diferenças, mas as quais não devem servir para estigmatizá-las ou marginalizá-las, e sim tê-las como referenciais para um atendimento eficiente, de acordo com suas possibilidades e oportunidades que possam ser oferecidas.

Considerando que o ser humano tem capacidade para aprender, para transformar-se e que seja sujeito da educação, fica implícito e aceita a idéia que o ato de educar está voltado para o desenvolvimento pessoal do educando. Tal ato visa auxiliar o outro de ser, crescer, vivenciar experiências e fazer acontecer possibilidades.

Além disso, cabe lembrar que cada criança, qualquer que seja, traz consigo toda uma história de vida possui limites ou potenciais para determinadas atividades escolares, nunca menosprezando a capacidade de cada uma delas. Percebe-se dessa forma que o docente deve sempre graduar as atividades de acordo com o desenvolvimento que o grupo de alunos apresentar.

Sendo assim, a pessoa portadora de deficiência é um ser humano com possibilidades e limitações como qualquer outra, mas que necessita que lhe propicie um modo de existir e de se interagir com o próximo e com o meio em que vive. Por isso ela exige aceitação, respeito e uma forte crença na sua capacidade de aprender, se desenvolver e conviver com os demais.

Argumentos sobre estigmas e esteriótipos são fruto de preconceitos, conceitos pré-existentes originários do senso comum e desvinculado do conhecimento científico. Pode-se dizer que a base do preconceito é o desconhecimento. E outros acreditam que desconhecimento da deficiência é o que não falta à sociedade como um todo e, a cada indivíduo "desconhecedor" reforça a segregação social.

A observação crítica de fatos históricos revela como a humanidade questionou deficiência de diferentes maneiras. O percurso da história da deficiência humana passou do extermínio à integração; da segregação, seletividade e exclusão, como exposição de crianças e asilismo, até chegar à concepção de integração e inclusão com a finalidade de proporcionar oportunidades iguais a todos.

Antigamente, os excepcionais eram descartados da sociedade porque eram considerados como uma degeneração humana. Na Idade Média sob ideologia religiosa, adotou-se uma postura mais humana dentro de um espírito de caridade, com objetivo de salvar a alma. Dentro de uma visão científica e um prognóstico patológico a Idade Moderna acabou por excluir os deficientes. Com a Idade Contemporânea, a segregação dos deficientes em instituições especiais retirando-os do convívio com os ditos normais. Hoje, percebe-se que a luta é pela busca a integração social na qual portadores de deficiência possam conviver e usufruir todos os espaços sociais.

Werneck (1997, p.53) relembra que, no passado, a falta de informação e a dificuldade em se divulgar as primeiras descobertas no campo da medicina prejudicou a aceitação e a integração dos portadores de deficiências mentais à sociedade. Hoje, poderia ser diferente, com algumas exceções, ainda não o é. Sabe-se que ainda há discriminação fato que ressalta a nossa inabilidade em lidar com essas pessoas justificadas por algumas razões com a falta de informação; falta de compromisso por parte do governo; classe médica um tanto indiferente; postura inadequada da imprensa que não faz divulgação.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Porém, esse número é questionado por especialistas, que alegam ser a porcentagem mais elevada. Uma das justificativas desse questionamento é a falta de oportunidades para a participação dessas pessoas na sociedade, retrato do modo como foi considerada a deficiência através dos tempos.

A conquista dos Direitos Universais do Homem (1948), após a Segunda Guerra Mundial, seguida da Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, aprovada pelas Nações Unidas em 20 de dezembro de 1971, foram os primeiros passos nessa

direção e consolida a igualdade de todos perante a lei e o direito de todos a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a Declaração (art.VI).

Dentro de um contexto social de visão assistencialista aos portadores de deficiência, surge em 1975 o documento "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes" resolução elaborada pela ONU, aprovada por uma Assembléia Geral e mundialmente enfatizada em 81- o AIPD (Ano Internacional da Pessoa Deficiente).

A Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990 em Jomtien, Tailândia, convocada pela UNESCO, UNICEF, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial (1990), resultou em comum acordo para a ampliação de oportunidades educacionais para todos, independente de fatores biopsicossociais tendo como princípio básico dos direitos humanos. Neste evento internacional foi implantada a terminologia Educação Inclusiva sendo que o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo.

A Educação Especial é referenciada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais – Acesso e Qualidade, realizada em 1994 em Salamanca na Espanha, da qual resultou a Declaração de Salamanca e Linha de Ação, que define princípios, política e prática, e as diretrizes para o atendimento às pessoas com necessidades especiais.

Iniciam-se então, os primeiros passos em relação a mudanças educacionais a efetivação da proposta de ensino inclusivo na realidade educacional brasileira tendo como pressuposto básico: que todos os indivíduos são diferentes e que cada um apresenta suas particularidades, o que deve ser levado em conta não só no espaço escolar como também em outras instâncias da sociedade. Sob essa perspectiva deve-se respeitar e compreender as diferenças individuais para poder garantir as condições para que todos possam participar ativamente da vida em sociedade.

Isso porque, na educação inclusiva/ integradora todas as crianças podem aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças. E as crianças com necessidades educativas especiais devem ter acesso ás escolas comuns através de uma pedagogia centralizada na criança, e não apenas no conteúdo; com ênfase na perspectiva social não apenas no ensino, com capacidade de atender as necessidades de todo alunado.

Na concepção da educação inclusiva as perspectivas na educação de pessoas com necessidades especiais educativas defende o direito de ser diferente em vez de deficiente.

A Constituição da República de 1988 dispõe sobre o atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, § III). Prevê também a criação de programas de prevenção, a integração social, o treinamento para o trabalho, a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (art.227, inciso II, § 2o).

Também a Constituição assume como fundamental, dentre outros, o princípio da igualdade, quando reza no caput de seu artigo 5, que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, á liberdade, á igualdade, à segurança, e à propriedade" (Brasil, 1989).

Declara que para que a igualdade seja real, entretanto, ela há que ser relativa, isto é dar "tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais". De acordo com a preposição, significa que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas seja garantida a condição apropriada de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir as oportunidades existentes.

Entende-se que tratar desigualmente não se refere ao estabelecimento de privilégios, mas á disponibilização das condições exigidas pelas peculiaridades individuais na garantia da igualdade real. E a idéia da inclusão está representada no princípio da igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa: a diversidade requer a diversidade de tratamentos, para que não se transforme em desigualdade social.

Reafirmando, a idéia de inclusão fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isso significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) conceitua e orienta a abordagem inclusiva para os sistemas de ensino, dedicando um capítulo à Educação Especial (cap. V), enquanto que a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de

setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e o Decreto nº 3298/99 contempla as diretrizes também para as áreas do trabalho, saúde, lazer e outras.

A Lei 7853/89 determina no item c a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e prevê pena de reclusão de 1 a 4 anos para quem recusar, suspender ou cancelar sem justa causa a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

Segundo Urbanek (2002) a legislação "chegou primeiro" e, depois, a organização da escola, o entendimento e a preparação dos profissionais, mas, na verdade, a lei assegura o educando na escola regular. A normatização na educação inclusiva municipal está sendo construída com base nas diretrizes da educação especial na educação básica:

> "Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve ser orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida". (PMC, 2000)

A construção de uma escola inclusiva deverá ter como pressuposto básico esse novo paradigma educacional que preconiza uma escola para todos, garantindo a igualdade de oportunidades, independente de qualquer característica individual. E tal proposição auxilia a construção de uma nova forma de pensar o papel da escola e o próprio conceito de deficiência.

As políticas públicas estaduais de educação especial com perspectivas inclusivas referem-se à escola inclusiva como fruto do processo de democratização de ensino sugerindo mudanças profundas no sistema educativo com uma nova proposta curricular com as devidas adaptações; utilização de recursos que permitam o acesso ao currículo; oferecimento de apoio especializado; formação adequada dos profissionais e garantia de acesso à educação.

Segundo Voivodic (2004, p.11), toda e qualquer criança deve receber um trabalho de estimulação específico objetivando sua integração no grupo, receber adaptações às suas necessidades e os profissionais buscarem recursos teóricos e

orientação. Com essas ações muda-se a forma de se ver a educação e muda-se a proposta pedagógica.

A autora afirma que dentre inúmeros motivos, contexto grupal torna-se fundamental: todas as crianças devem aprender juntas. O enfoque de antigamente deixou de ser a deficiência: não é a criança que deve ser adaptada no contexto escolar, mas sim, a escola adaptar-se para receber e trabalhar com ela. Na atual educação inclusiva não se fala em "dificuldade para aprender" e sim buscar outras formas de se ensinar, representando um ganho para todos os alunos na sala de aula.

CAPÍTULO II

A SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO INCLUSIVO

Fazendo um estudo da síndrome de Donw conferiu-se ser uma síndrome genética, de origem cromossômica e de maior incidência no mundo, sendo no Brasil representado entre 15% a 20% da população.

Segundo o manual de psicopatologia de Ajuriaguerra (1998, p.181), a síndrome de Down (SD), caracteriza-se por um conjunto de sintomas e sinais com atraso mental congênito, acompanhado de várias anomalias morfológicas da criança, e freqüentemente, outras más formações, em particular no coração. As características das pálpebras dão á face um aspecto mongólico e fazem com que as crianças com essa anomalia se pareçam muito umas com as outras.

O autor afirma que o desenvolvimento psicomotor é lento, devido a passividade e a lentidão; fala tarde com freqüentes distúrbios articulatórios e gagueira. Apresentam instabilidade motora e emocional. Gostam de música. Tem como característica mais constante a deficiência mental e de grau muito variável entre os portadores. O amadurecimento intelectual do portador de síndrome de Down é mais lento, podendo finalizar por volta dos 30 anos, enquanto que em um ser humano normal acontece por volta dos 18 anos.

Voivodic (2004, p.43) enfatiza que as crianças com SD apresentam características físicas semelhantes, mas diferem em relação ao comportamento e padrão de desenvolvimento, pois não há um padrão pré-determinado os portadores. Afirma que tanto comportamento quanto o desenvolvimento da inteligência depende de importantes influências com o meio em que a criança vive. Rompe com o determinismo genético e se dá prioridade as interações com o meio.

Argumenta também que esta síndrome esteve associada a condição de inferioridade com preconceitos e esteriótipos advindo do modelo médico da deficiência que contemplava apenas um tipo de serviço especializado para assistir o aluno, mas que agora a visão é outra. Atualmente com o avanço das ciências médicas o portador da referida síndrome recebe atendimento clínico e

acompanhamento multidisciplinar, inclusive educacional para atender as suas necessidades e desenvolver para além dos seus limites.

Werneck (1995, p.151) reafirma a importância do trabalho de estimulação precoce mais cedo possível para os portadores da síndrome com o objetivo de desenvolver potencialidades e acelerar o desenvolvimento.

Vygotsky (1984) afirma que não há dois modos de desenvolvimento: um para pessoas normais e outro para aquelas que tem atraso e sim apenas um, enfatizando a idéia da unidade das leis do desenvolvimento. Acredita que é na escola, o espaço maior de desenvolvimento para toda e qualquer criança para que nenhuma sofra impedimentos em seu progresso educativo por ser deixada de lado:

> "Precisamente porque as crianças retardadas, quando deixadas a si mesmas, nunca atingiram formas bem elaboradas de pensamento abstrato é que a escola deveria fazer todo o esforço para empurrá-la nessa direção, para desenvolver nelas o que está intrinsicamente faltando no seu próprio desenvolvimento" (Vygotsky, 1984, p.100).

Observa-se, portanto, a importância da escola no desenvolvimento do ser, objetivando um empreendimento inicial de estimulação essencial das funções básicas de desenvolvimento e, por conseguinte o desenvolvimento das potencialidades, inclusive da criança com SD.

Consciente, Voivodic (2004, p.52), não esquece que crianças com SD apresentam atrasos significativo nas áreas psicomotora, intelectual, da linguagem, da socialização, e déficit nas funções de atenção e memória. Observa também que essas crianças tendem a manipular e explorar menos, mas que em geral demonstram uma atividade lúdica adequada ao seu cognitivo.

Reafirma esclarecendo que as crianças com SD tem como característica mais constante a deficiência mental, daí a importância de uma educação que atenda a toda sua complexidade. Para ela, é necessário elaborar estratégias metodológicas que levem em conta todas suas necessidades educativas especiais.

Como faz parte também das necessidades especiais educativas o desenvolvimento da socialização do portador de SD, Werneck (1992), Voivodic (2004) e Stainback (1999) defendem a possibilidade de acontecer numa escola regular com perspectiva inclusiva. O ensino inclusivo proporciona benefícios para

todas as crianças na socialização tanto para aquelas que têm a síndrome de Down, quanto para os seus colegas. Reafirmam, que os benefícios também serão nas áreas das habilidades acadêmicas, quanto às habilidades relacionais, cognitivas, e de linguagem. A criança que participa do processo inclusivo: "Quando tiver terminado a escola, será capaz de participar de algum tipo de situação integrada. Terá habilidades sociais que não teria tido, a capacidade para atuar em situações mais complexas do que seria capaz se tivesse permanecido segregada" (Stainback & Stainback, 1999, p. 23).

Os autores enfatizam que este processo inclusivo, onde todos participam juntos do ensino aprendizagem, estimula e encoraja todos os alunos, pois se sentindo incentivados, dispostos, tentam romper as suas limitações e aprendem a conviver com a diversidade. Para os professores possibilita adquirirem novas habilidades para trabalhar com todos os alunos, planejando ações voltadas para todos. A colaboração e ajuda entre os diversos professores da escola e de outras instituições, melhora as habilidades de todos.

Outro benefício é que os professores "tomam" conhecimento dos progressos na educação e conseguem antecipar mudanças. A inclusão promove mudanças e renova as perspectivas do que se pode alcançar. Todos podem "sair ganhando" pois aumenta a possibilidade de práticas docentes diversificadas.

Segundo Stainback e Stainback (1999, p.226), dentro de uma estrutura inclusiva é preciso cooperação entre as diversas estruturas existentes buscando colaboradores, redistribuição de responsabilidades, serviços de apoio como a Rede de Apoio.

Acreditam que a comunidade precisa estar presente na construção, pra que se torne uma comunidade inclusiva. Isso requer momentos de integração, estudo, buscando ferramentas para dar suporte a escola inclusiva. Abrindo-se para novas habilidades, expandindo a consciência, internalizando os objetivos da educação inclusiva como também estabelecendo seus próprios objetivos e estimulando o trabalho criativo.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS NA SALA INCLUSIVA: CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS

Acredita-se que, diante da complexidade das questões da educação inclusiva, faz-se necessário uma reflexão sobre os procedimentos dos profissionais na sua prática pedagógica em sala de aula e em outros espaços da escola.

Com certeza, é da preocupação da escola, conhecer diferentes maneiras e estratégias que viabilizem a inclusão de crianças com deficiência mental, haja vista as dificuldades que ela envolve, pois são de caráter intelectual e de aprendizagem.

Voivodic cita Mantoan (2004, p.17) que assinala que os indivíduos com deficiência mental têm uma lentidão significativa no progresso intelectual. Apesar disso, apresentam uma certa plasticidade cerebral quando reagem satisfatoriamente à estimulação adequada do meio.

A autora relatou uma pesquisa experimental com o objetivo de averiguar a influência do meio escolar sobre o desenvolvimento das estruturas da inteligência de alunos com deficiência mental tendo como referência a teoria piagetiana. Da amostra estudada, composta de 52 alunos com deficiência mental, concluiu-se que 73% apresentaram progressos significativos no desenvolvimento cognitivo e 23% alcançaram o estágio das operações lógicas concretas. A partir dessa pesquisa a autora enfatiza a necessidade imediata da inclusão dos alunos com deficiência mental no âmbito das escolas regulares como também em outros meios sociais.

Relembra que as crianças com síndrome de Down têm a deficiência mental e, portanto é imprescindível uma ação educativa adequada para que possam desenvolver suas estruturas cognitivas e intelectuais em um meio escolar cooperativo e rico em estímulos físicos e sociais. E a inserção sendo no ensino regular poderá contribuir significativamente para seu desenvolvimento intelectual e para sua atuação no meio social.

De acordo com Falvey, Givner e Kim citados por Stainback & Stainback (1999, p.142), o ensino em escolas inclusivas, está direcionado nas potencialidades, nos interesses e nas necessidades dos alunos transcritos em currículos adaptados que deverão auxiliar o professor em seus procedimentos em sala de aula e em outros espaços escolares.

Inicialmente, cada aluno deverá sentir-se acolhido, pertencente ao grupo, sendo bem-vindo, valorizado e seguro. No início do ano letivo, é o momento para o estabelecimento de um contrato social com normas de comportamento aceitáveis e, escolhidos entre os alunos, pois assim estarão praticando sua participação de modo democrático.

Os móveis da sala de aula poderão estar sempre dispostos de acordo com o tipo de atividade a ser realizada (p.ex. atividades de aprendizagem cooperativa, trabalho individual, em dupla, para discussões e debates com toda a turma, e outras).

Deve-se dispor de uma gama de recursos próprios para atividades variadas e adaptadas bem como os espaços para que elas aconteçam (p.ex. tapetes para leitura, fitas de áudio e vídeo, cantos para confecção de materiais, jogos interativos, brinquedos, rádio-gravador, computador e outros).

Os professores, vistos como facilitares da ação educativa poderão confeccionar cartazes com frases envolvendo aprendizagem positiva, como p.ex., Faça Sempre o Melhor! Também poderão exibir os trabalhos dos alunos em murais.

Os conteúdos do currículo devem considerar as necessidades do aluno e ser significativo para sua vida para que a informação seja apreendida, usada e lembrada por ele. Encorajar todas os alunos a ler, ou ouvir, ou discutir histórias ou informações do seu interesse. Também o trabalho por meio de projetos elaborados especialmente para a turma inclusiva é de relevante importância para a aprendizagem na aquisição de habilidades

Os professores, sempre que necessário, precisam modificar as atividades ou ainda, adaptar a atividade ao nível em que o aluno participa, para que ele atinja os objetivos. Devem enfatizar sempre o progresso do aluno, com elogios verbais, escritos, mandar bilhete ou telefonar para os pais informando-os. Não devem estabelecer comparações entre os rendimentos dos alunos, a não ser a do próprio

aluno com ele mesmo. É conveniente valorizar suas produções e incentivar a continuar a se esforçando; nunca o subestimar.

Desenvolver a responsabilidade social deixando o aluno auxiliar em algumas tarefas (p.ex.ajudante da sala e dos colegas, auxiliar nos horários de recreio e de recreação com alunos menores). Promover a independência do aluno, de acordo com suas necessidades.

Todos os profissionais da escola devem evitar a superproteção ao aluno com deficiência mental, e sim aceitar e compreender como ele é. Convém conversar com o aluno em linguagem adequada ao seu nível de compreensão.Quando não compreender sua fala, pedir que repita calmamente e procurar deixar claro quando a compreender. Falar com ele olhando em seus olhos.

É válido e necessário um trabalho de orientação ao aluno com necessidades especiais no seu desempenho de atividades relacionadas aos hábitos de vida diária (p.ex. vestir-se, alimentar-se, lavar-se, escovar os dentes, e outros).

De acordo com Stainbak & Stainback (1999, p.155), o momento da mudança de procedimento é fundamental para a eficácia do ensino.O professor deve acompanhar e avaliar o desempenho do aluno com necessidades especiais para diagnosticar se está havendo progresso e decidir sobre as mudanças e adaptações que necessitam ser implementada.

Conforme os autores, existe uma série de estratégias que podem ser postas em prática pelos profissionais da educação e que facilitam a acessibilidade do aluno com deficiência mental à aprendizagem. Eis algumas das sugestões positivas possíveis de utilização:

- Utilizar o currículo adaptado para as necessidades especiais do aluno.
- Variar freqüentemente a atividades para manter a motivação do aluno.
- Possibilitar atividades especiais. Compartilhar as atividades.
- Planejar seqüências de atividades incentivadoras.
- Ensinar os alunos a usar eficientemente o espaço escolar e da sala de aula.
- Organizar grupos de aprendizagem cooperativa. Cada aluno contribui com o que sabe para os colegas.

- Baixar o nível de dificuldade da tarefa tornado-a acessível para o aluno.
- Ampliar as exigências do tempo para a realização das atividades.
- Ensinar as habilidades de comunicação social: cumprimentos, compartilhamento, negociação, saber esperar sua vez para falar, boas maneiras de convívio social e para a habilidade de fazer amizade.
- Dar apoio individual ao aluno e permitir apoios múltiplos dos colegas, e de outros profissionais auxiliares. Envolver sempre o aluno.
- Variar métodos de ensino e materiais de apoio: alfabeto móvel, ábaco, material dourado e outros que auxiliem ao estabelecimento de relações.
- Utilizar jogos e brincadeiras que auxiliem no desenvolvimento do raciocínio lógico.
- Associar conteúdos novos aos já adquiridos.
- Proporcionar reforço verbal e não-verbal para que o aluno apreenda as informações. Usar a comunicação facilitada.
- Motivar os alunos exibindo cartazes com mapeamento do progresso.
- Verificar freqüentemente a compreensão do aluno e se necessário fazer revisão.
- Possibilitar reforço explicativo sempre que necessário e de formas variadas.
- Fazer com que o aluno repita as instruções.
- Rever e vivenciar situações reais utilizando diferentes locais.
- Variar as estratégias curriculares sempre que necessário.
- Avaliar o aluno acompanhando-o diariamente na realização de suas atividades, atitudes e comportamento, e buscar alternativas de intervenção sempre que forem necessárias.

Relembrando existe a proposta de ensino através do estilo de aprendizagem do aluno enfatizado pela Teoria das Inteligências Múltiplas.

Segundo Gardner (1993), a Teoria das Inteligências Múltiplas sugerem abordagens de ensino que se adaptem às potencialidades individuais de cada

aluno, assim como à modalidade pela qual cada um pode aprender melhor (citado por Schaffner & Buswell in Stainback & Stainback, 1999, p.81).

Resumindo, as categorias de inteligências múltiplas de acordo com o autor:

Lógico-matemático: habilidade de usar números efetivamente.

Verbal-linguística: habilidade no uso da palavra oral e escrita.

Corporal-cinestésica: habilidade no usodo corpo todo para expressar idéias e sentimentos.

Musical: habilidade para ritmo, melodia, tons sonoros.

Interpessoal: habilidade de perceber e compreender o interior de outras pessoas.

Intrapessoal: habilidade de perceber e compreender o interior de si mesmo.

Espacial: habilidade para perceber e usar o mundo visual e espacialmente.

Pelo paradigma da inclusão, todo e qualquer aluno tem direito a uma educação de qualidade, sem exclusão de ninguém, em classe regular, atendendo a diversidade humana e, portanto, respondendo ao estilo de aprendizagem e às múltiplas inteligências de cada um.

Faz-se imprescindível acreditarmos que todos poderão aprender se acatarmos os diferentes estilos de aprendizagem numa postura inclusiva, procurando saber quais as potencialidades e identificando os estilos de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Através dessa teoria percebe-se que o professor tem possibilidades de garantir com maior eficácia a aprendizagem de todos os seus alunos numa turma inclusiva, planejando aulas diversificadas e motivadoras.

CAPÍTULO IV

A INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

O estudo de caso realizado no Centro de Educação Integral Profª Nair de Macedo da Rede Municipal de Educação de Curitiba tendo a participação do aluno Felipe Ferreira Moretti, equipe pedagógica, professores e alunos da classe inclusiva.

O aluno Felipe nascido em 2 de julho de 1987, com a idade de 17 anos, portador da síndrome de Down, freqüenta a Escola de Educação Especial Ecumênica desde o ano de 1988, no turno da manhã e recebeu durante este período programas de estimulação essencial, educação infantil e pré-escolar. Atualmente freqüenta o Programa Escolar II e recebe na própria escola atendimentos para suas necessidades especiais como fisioterapia, fonoterapia, psicologia, musicoterapia. Também tem continuidade em atendimento médico (pediatra e pneumologista) devido as suas peculiares condições de saúde.

Em reunião de caráter multidisciplinar entre os representantes da escola Ecumênica e do Centro de Educação Integral Profª Nair de Macedo ficou sugerido que Felipe freqüentasse o Ensino Regular concomitantemente. Acompanhado de sua mãe, Felipe ingressou na escola regular em fevereiro de 2001, iniciando seu processo de inclusão e permanecendo até o final do ano de 2004. Felipe freqüentou o Ciclo I e II no C.E.I. Profª Nair de Macedo de 2ª a 6ª feira, no período da tarde, no horário entre 13h às 16h.

No mesmo pensamento Belizário (1999, p.33) comenta que a escola aceita educar crianças com algum tipo de comprometimento, mostra a elas que podem ser diferentes, que não precisam ficar angustiadas por serem como são. Sendo assim, há benefícios na inclusão: estímulo à cidadania e evoluções no processo educativo.

Em 2004 esteve na turma do Ciclo II, etapa II, do turno integral, a qual recebe ensino acadêmico pela manhã e à tarde, juntamente com Felipe, participam de atividades diferenciadas e programadas visando o propósito da inclusão. O programa realizado através de projetos foi desenvolvido com todos os alunos sendo

que Felipe recebeu atendimento diferenciado em sala de aula, o que também implicou na redução de alunos (25), definida em ata específica.

Ao ingressar no C.E.I. Profª Nair de Macedo, a equipe pedagógica, estabeleceu contato com a Escola E.E. Ecumênica, que através de sua equipe pedagógica, orientou e acompanhou o trabalho com o Felipe, na elaboração de um currículo adaptado as suas necessidades e potencialidades. O currículo foi adaptado não só pela necessidade de Felipe, mas de toda turma para que todos sentissem como parte do grupo.

Este procedimento está em concordância com Ross (2004), quando afirma que a escola com perspectiva de educação inclusiva contempla todas as crianças propondo por meio da diversidade, aquisições criativas através da interação entre todos os alunos.

Neste período começa a configurar a Rede de Apoio, envolvendo representantes das Escolas, do Núcleo Regional da Educação do Portão e Gerência de Educação Especial. A Rede de Apoio tem como finalidade no acompanhamento, no atendimento e avaliação das necessidades e progressos do aluno em inclusão com encontros no mínimo semestrais.

A chegada de Felipe na escola regular causou no primeiro momento, insatisfação para os pais de outros alunos que, por falta de entendimento, manifestaram-se contra a inclusão. Foi organizada, então, pela equipe pedagógica uma reunião convocando toda a comunidade escolar, na qual a escola e a mãe de Felipe posicionaram-se a favor à inclusão esclarecendo e demonstrando os benefícios para todos os alunos. Segundo Werneck (1994, p.12), é imprescindível o esclarecimento à comunidade escolar quanto ao processo de inclusão social o qual se quer implantar.

Também ocorreram diversas reuniões entre a escola regular e a escola especial Ecumênica para troca de idéias e informações pertinentes ao processo de inclusão de Felipe. O objetivo da sua inclusão é sua integração e socialização, por serem as necessidades especiais mais emergentes de Felipe, a sua integração com diferentes pessoas, aprender a trabalhar em equipe buscando construir relacionamentos que possam propiciar habilidades sociais. Voivodic concorda com Mrech (1997, p.142), quando cita que o objetivo maior da escola inclusiva é propiciar a socialização de todos os alunos do que a própria aquisição do conhecimento.

Para melhor acolher o aluno e favorecer a adaptação de todos, a escola organizou com o grupo de Felipe uma visita à escola Ecumênica para conhecer todo o espaço físico, o trabalho dos profissionais e as atividades que os alunos e Felipe realizam no turno da manhã. A professora regente da turma percebeu as necessidades especiais de Felipe provenientes da síndrome como dificuldades cognitivas, da linguagem oral limitada, problemas fonoarticulatórios e dificuldades nos relacionamentos sociais como referencial para o desenvolvimento do trabalho. Priorizou o acolhimento de Felipe em todas as atividades e brincadeiras. Seu trabalho pedagógico com a turma no ano de 2004 foi principalmente através de um projeto do programa Fazendo Escola da Secretaria Municipal de Educação (SME), com o tema "*Ludicidade no processo de inclusão*" e teve apoio da equipe pedagógica, professores e orientações mensais em uma instituição de ensino superior.

Com esse projeto todos os alunos participaram de jogos interativos, brincadeiras folclóricas como "morto-vivo, lenço-atrás, cantigas de roda" e outras, além de confeccionarem seus próprios brinquedos utilizando material alternativo durante as aulas de Ensino da Arte e Recreação. Também tiveram a oportunidade de manusear e criar com as peças do brinquedo LEGO, um recurso pedagógico através do qual os alunos incorporam novas idéias e técnicas nas atividades de aprendizagem em grupos trabalhando cooperativamente. Em meio a estas atividades lúdicas houve momentos de leitura em grupo, com livros de literatura sendo que cada grupo era incentivado a apresentar-se por meio de dramatizações estimulando assim a participação de Felipe em atividades que envolvem oralidade.

Tanto a professora regente como equipe pedagógica concordam que existem benefícios no trabalho pedagógico em turma inclusiva como a socialização do aluno especial e a convivência com as diferenças pelos outros alunos. As dificuldades se resumem a grande necessidade de atendimento individual que o aluno requer, as próprias dificuldades do aluno em aceitar as regras das brincadeiras e a recusa das explicações das atividades preferindo fazer a seu modo.Também citou o pouco tempo que dispõe para planejar as atividades semanais.

As professoras de Ensino da Arte e Recreação trabalharam com a turma desenvolvendo atividades lúdicas como confecção de brinquedos utilizando sucata e diversos jogos como dominó, damas, quebra-cabeça, e outros confeccionados com

diferentes tipos de papel. Trabalharam com a turma distribuída em equipes e com Felipe priorizaram atendimento individualizado. Geralmente é Felipe quem o auxilia na distribuição de materiais aos alunos e sua participação nos trabalhos em equipe é com recortes, desenhos e pinturas. Cada aluno realiza uma parte no trabalho incentivando dessa forma a produção individual, mas também cooperativa.

Segundo as professoras, Felipe apresenta dificuldades para mudanças e quando a turma se agrupa de formas diferentes para a realização das atividades ou mostram-se agitados, sente-se incomodado e pede que seus colegas retomem a seus lugares habituais, pois essa questão o desagrada e se manifesta ausentando-se da sala de aula.

Atualmente funcionários, profissionais e alunos percebem que Felipe é bem aceito por todos e desenvolveram vínculo de amizade com ele. Mas lembram que no início não foi assim, houve dificuldades de relacionamento e resistência quanto às propostas inovadoras. Durante os anos que se seguiram, e sempre engajado no processo de socialização Felipe tornou-se comunicativo, alegre e querido por todos. Participativo, gosta de ser líder nas brincadeiras do recreio organizando jogos e brincadeiras. Não gosta de ser contrariado e demonstra resistência ao uso do computador nas aulas de informática.

Os colegas de turma de Felipe relatam ter orgulho de ajudar alguém, de cuidar dos colegas; sabem que Felipe é especial, um amigo; gostam de estar com ele durante as atividades e demonstram que aprenderam com Felipe, "um pouco do mundo dele", e que sabem conviver com as diferenças aceitando as pessoas como elas são.

Stainback e Stainback (1999, p.189), citam que a experiência da amizade pode ser estendida a todos em uma escola quando as pessoas trabalham juntas para criar oportunidade de entendimento, de apoio, de aceitação dos outros como eles são.

O término da etapa II do Ciclo II no ano de 2004 deu direito a Felipe receber o termo de Terminalidade Específica, elaborada pelos representantes das escolas envolvidas e da gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação (anexo 2). Neste termo consta a conclusão do processo de escolaridade de Felipe com a concordância de toda Rede de Apoio. Assim como expectativa de sua mãe e do corpo docente Felipe irá freqüentar um programa de profissionalização

no ano de 2005, e quem sabe num futuro próximo participar do mercado de trabalho beneficiando, de forma mais completa, da inclusão social, uma vez que ela iniciou na escola.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a educação inclusiva proporciona benefícios a todas as crianças na socialização, tanto para aquelas portadoras de deficiência quanto para as outras. Os benefícios estão nas habilidades tanto das áreas acadêmicas quanto as habilidades relacionais e sociais. Todas as crianças aprendem a viver com a diversidade.

A criança com necessidades especiais que participa do processo inclusivo terá mais chances, depois que terminar sua escolaridade, de se integrar em outras situações e/ou atividades, possibilitando o exercício de sua cidadania, do que aquela que foi segregada.

Não podemos esquecer que este processo estimula e encoraja os pais de alunos, e eles sentem-se dispostos a romper com as limitações de seus filhos.

Cabe ressaltar que aos professores a educação inclusiva possibilita adquirir habilidades para trabalhar com todos os alunos, pois na realidade brasileira, a diversidade é muito ampla, e os professores podem desenvolver oportunidades para planejar e conduzir a educação em equipe cooperativamente.

Tendo em vista os aspectos levantados da pesquisa sobre a inclusão de aluno com síndrome de Down conclui-se que o Centro de Educação Integral Profª Nair revelou uma prática inclusiva dentro de seu espaço escolar.

Ressalte-se que durante os quatro anos do processo inclusivo de Felipe escola de ensino regular contou com o trabalho da escola de ensino especial Ecumênica num trabalho de parceria e também teve sustentabilidade da Rede de Apoio. Preocupou-se com um trabalho com respeito à diversidade humana procurando atender as necessidades especiais educativas do aluno portador da síndrome de Down mais emergentes adotando um currículo adaptado.

Dado ao exposto fica claro que o trabalho pedagógico foi programado com o objetivo de desenvolver a socialização de Felipe, ficando a responsabilidade da escola de ensino especial Ecumênica o atendimento das suas outras necessidades especiais. Acredita-se que colaboração e ajuda entre diversos professores e equipe

pedagógica, e em encontro com os profissionais de outras instituições, melhora as competências de todos.

É importante mencionar que Felipe finalizou sua escolaridade sedo o primeiro aluno de inclusão da rede municipal de Curitiba a receber o termo de "Terminalidade Específica".

Com o exemplo do C.E.I. Profª Nair de Macedo, mostrando ser possível a inclusão de alunos com necessidades especiais educativas. Espera-se que outras escolas se preparem para esta realidade que às vezes é um papel que pode ir além das suas possibilidades, para não acontecer o reverso da medalha, isto é, a exclusão desses alunos. Devem-se considerar os diversos olhares para uma mesma necessidade tendo em vista a real inclusão dos alunos com necessidades especiais em toda sua concretude.

A inclusão não pára por aqui, esse é um dos poucos exemplos de desafio, de enfrentamento, é o princípio da história da educação inclusiva. O caminho é longo, mas se faz por aqueles que acreditam que a inclusão social é por direito de todos e se começa na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL. L. A. *Pensar a diferença: deficiência.* Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BELISÁRIO Fº. J.F. *Inclusão: uma revolução na saúde.* Rio de Janeiro: WVA, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.Brasília,* 1988.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial.* Brasília: MEC, 1994.

CAVALCANTE, M. Aparências diferentes? Talentos também. *Nova escola: revista do professor.* São Paulo, ed.173, p.32-33, jun/jul, 2004.

L.D.B. *Lei de diretrizes e bases* 9.394/96.

MACELLI D. *Manual de psicopatologia da infância de Ajuriaguerra,* 5ª edição, Porto Alegre: Art.Med.,1998, p.181 a 182.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Escolar: comum ou especial?* São Paulo: Pioneira, 1988, p. 33-38.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: http:// www.mj.gov.br/sedh/dpdh.htm. Acesso em 20/11/04.

MRECH. L.M. O que é educação inclusiva?
Disponível em: http://www.regra.com.br/educação/oquee.htm. Acesso em 10/09/04.

PINHEIRO. H. L. Políticas publicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. *As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência.* Campinas: Mercado de letras: Associação de leitura do Brasil, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. Gerência de Educação Especial. *Falando sobre inclusão.* Curitiba, junho/julho, 2000.

ROBERT, C. (org.) *O direito do deficiente.* São Paulo:Lúmen Júris, 1999.

ROSS, P. R. textos : Adaptação curricular na educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais. O saber na escola inclusiva.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Superintendência de gestão de ensino. Departamento de Educação Especial. *Educação inclusiva: linhas de ação para o estado do Paraná.* Curitiba, julho/2001.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico.* 20ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*; trad.Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STOBÄUS, C. D. e MOSQUERA J.J. M. (orgs.) *Educação Especial: em direção à educação inclusiva.* São Paulo: União brasileira, 2003.

UBARNECK, D. texto Currículo Adaptado.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Disponível em:http://www.entreamigos.com.br/textos/salamanca/htm. Acesso em 08/09/04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Normas para apresentação de trabalhos científicos;* 2,6,7. Curitiba : Ed. da UFPR, 2000.

WERNECK, C. *Muito prazer, eu existo.* São Paulo: WVA, 1995.

_____ *Ninguém mais será bonzinho na sociedade inclusiva.* Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____ *Meu amigo Down*, na escola. Rio de Janeiro : WVA, 1994.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. *Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down.* Petrópolis: Vozes, 2004.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente.* São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ANEXOS

ANEXO 1- COLETA DE DADOS

1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome da escola:_____

Nome do aluno de inclusão:_____

Data de nasc: _____Idade:_____

Data de ingresso na escola: _____

Etapa/Ciclo/turno/nº de alunos na turma:_____

Escolaridade anterior:_____

Instituições que freqüenta:_____

1.2 EQUIPE PEDAGÓGICA NA AÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA

Nome do profissional:_____Função:_____

Formação:_____Pós-graduação:_____

Cursos específicos:_____

1) Explique como foi o início do processo de inclusão do aluno na escola.(aval.diagnóstica, intervenção da gerência de Ed. Especial, matrícula, tempo de permanência do aluno na escola, devidas adequações....)

_____

2) Existe na escola serviços de apoio pedagógico e recursos necessários para atender este aluno com necessidades especiais educativas? Há benefícios obtidos por rede de apoio?

_____

3)Quais as necessidades educativas especiais do aluno?

_____

4) Qual o principal objetivo da escola em relação à inclusão? Como a escola foi organizada para o processo inclusivo?

_____

5)Como pensar o planejamento pedagógico dentro de uma perspectiva inclusiva? A escola construiu ou está construindo um currículo adaptado? Relate.

---

6) Houve preparação prévia dos profissionais e dos alunos da escola e em especial da turma em que se encontra para o recebimento do aluno com síndrome de Down? Relate.

---

7) Como foi o período de adaptação do aluno? Houve ajustamento quanto às normas da escola em relação ao aluno? Quais as estratégias que a escola utilizou para esse período de acolhimento/ajustamento?

---

8) O aluno recebe programas de atendimento que atendem as suas necessidades especiais? Quais? Há quanto tempo? E terapêuticos?

---

9) Em que medida o processo de inclusão se efetiva no fazer e na concepção pedagógica do professor que atua com alunos que apresentam necessidade educacionais especiais?

---

10) Quais os benefícios do trabalho pedagógico com turma inclusiva? E quais as dificuldades?

---

11) Socialização

Como é a convivência na sala de aula entre o aluno de inclusão e demais alunos? E durante outras situações como recreio e atividades especiais e extra classe?

---

12) Aprendizagem

Como a proposta pedagógica e as práticas educativas estão relacionadas com o processo de inclusão?

Como é feita a adequação dos conteúdos? Quais os conteúdos que ele está aprendendo? Qual seu ritmo de aprendizagem? Ele consegue resolver situações problema do seu cotidiano escolar sozinho ou faz com ajuda?

_____

Quais os benefícios do trabalho pedagógico com turma inclusiva? E quais as dificuldades?

_____

Quais as expectativas para o futuro do aluno?

_____

1.3 QUESTIONÁRIO PARA A MÃE

Nome da mãe: _____Função: _____

Formação: _____

Local de trabalho: _____

Função: _____

1)Conte como foi o início do processo de inclusão do seu filho F.M. na escola: as dificuldades e os enfrentamentos observados diante da solicitação de vaga na escola.

_____

2) Como são características e necessidades especiais de F.M.? Qual a sua opinião sobre a inclusão escolar? E qual a importância que ela tem na vida de seu filho?

_____

3) Na sua opinião, há preparação dos profissionais e dos alunos da escola para o recebimento de aluno portador da síndrome de Down?

_____

4) Uma vez inserido na escola, conte como foi o período de adaptação de F.M. na escola. A escola foi acolhedora?

_____

5) O aluno recebe programas de atendimento que atendem as suas necessidades especiais? Quais?Há quanto tempo? E terapêuticos? Descreva

6) O aluno recebeu anteriormente estimulação precoce? Quais? Freqüentou ou freqüenta escola especial? Qual?

7) Na sua visão, existem benefícios na inclusão? Para quem?

8) Quais suas expectativas para o futuro de F.M.?

1.4 INCLUSÃO - ESCOLA - CIDADANIA: A VISÃO DO PROFESSOR

Nome do profissional: _____Função:_____

Formação: _____Pós-graduação: _____

Cursos específicos:_____

1) Na sua opinião a Inclusão é um processo possível dentro da escola?

( ) sim ( ) não ( ) com restrições

2) Como observar e avaliar procedimentos e estratégias que considere inclusivas que possibilita interações sociais de todos os alunos e de suas aprendizagens?

3) Que barreiras você encontra na escola e que impossibilita a prática inclusiva?

( ) arquitetônicas ( ) de acesso as adaptações curriculares ( ) atitudinais

4) Como pensar o planejamento dentro de uma perspectiva inclusiva? A equipe pedagógica e o corpo docente construíram ou estão construindo um currículo adaptado? Relate.

5) Os alunos pertencentes ao grupo da Inclusão são:

( ) alunos com deficiência ( ) todos os alunos da escola ( ) alunos com dificuldades de aprendizagem

6) Os alunos da sala forma preparados para o processo inclusivo e em especial para o recebimento do aluno com síndrome de Down? Como foi o período de adaptação dos alunos?

---

5) Você percebe na escola serviços de apoio pedagógico e recursos necessários para auxiliar a prática docente no atendimento do aluno com necessidades especiais educativas?

---

6) Em relação ao PPP da escola é notório:

( ) a abordagem a cerca da Inclusão numa perspectiva abrangente

( ) abordagem na perspectiva de acolhimento à pessoa com deficiência

( ) não faz nenhuma abordagem

( ) não conheço o PPP, na íntegra.

7) Quais os benefícios do trabalho pedagógico com turma inclusiva? E quais as dificuldades?

---

8) Como você percebe a convivência entre os alunos na sala de aula? Você verifica aceitação do aluno com necessidades especiais no espaço escolar?

---

9) Como é feita a adequação dos conteúdos? Quais as atividades realizadas? Qual seu ritmo de aprendizagem do aluno com SD? Ele consegue resolver situações problema do seu cotidiano escolar sozinho ou faz com ajuda?

---

10) Quais as potencialidades e preferências educativas do aluno com SD?

---

11) Durante a prática escolar, existem momentos para a aprendizagem

cooperativa, na qual todos participam e aprendem juntos? Dê exemplos de aulas ou atividades cooperativas.

_____

12) Qual a disponibilidade de tempo que a professora regente tem para o preparo das aulas e materiais didáticos tendo em vista adequação metodológica?

_____

13) Na sua opinião, inclusão e cidadania implica:

( ) no acesso a aprendizagem por parte da pessoa com deficiência

( ) no acesso a bens e serviços a todas as pessoas

( ) no acesso a serviços de apoio especializado por parte da pessoa com deficiência

1.5 AULAS ESPECIAIS: ENSINO DA ARTE E RECREAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Nome do profissional: _____

Função: _____

Formação: _____Pós-graduação: _____

Cursos específicos: _____

1) Para participar do processo de inclusão, existe um grupo específico e qual é esse grupo?

( ) alunos com deficiência ( ) todos os alunos ( ) alunos com dificuldade de aprendizagem.

2) Como você define uma prática inclusiva observando as aulas especiais:

( ) aulas específicas para a pessoa com deficiência

( ) aulas aonde todos os alunos possam participar

( ) aulas com muito material de apoio

3) Quais os projetos e/ou atividades realizadas com todos os alunos? E com o de necessidades especiais educativas?

---

4) Quais as necessidades especiais observadas no aluno com SD?

---

5) Que preferências o aluno com necessidades especiais demonstra durante as aulas especiais?

---

6) Esse aluno demonstrou habilidades para realizar algumas atividades? Quais? E as dificuldades quais foram?

---

7) Como é a convivência durante as aulas especiais entre os alunos da turma inclusiva?

---

8) Comente a frase: "Se a prática é boa para um aluno, deve ser boa para os demais?"

1.6 PARECER DOS COLEGAS - AMIZADE NA TURMA INCLUSIVA

1) Quem é F.M. para vocês? Contem sobre ele.

2) Na opinião de vocês, acham que existem atitudes discriminatórias para com os alunos diferentes?

---

3) Como vocês se relacionam com F.M.?

---

4) Em que momentos vocês se relacionam com F.M.?

---

5) Quais as atividades que vocês fazem junto com o F.M.?

---

6) O que a turma faz quando percebe que um aluno está com dificuldade em realizar uma atividade?

---

7) O que aprenderam junto com o F.M.

_____

8) Na opinião de vocês, qual o valor de uma amizade? É possível ser amigo de pessoas diferentes? Expliquem.

1.7 ESCOLA ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR

Nome da escola:_____

Nome do aluno:_____

Idade:_____Data de ingresso do aluno na escola:_____

Nome do profissional:_____

Função:_____

Formação:_____Pós-graduação:_____

Cursos específicos:_____

1) Qual a sua opinião sobre a inclusão escolar em ensino regular?

( ) trata-se de um processo que parte necessariamente da mobilização dos governantes

( ) parte da sociedade como um todo

( ) é um processo de parceria entre a ed.especial e a escola regular

( ) é processo que só pode acontecer após serem atendidas as demandas de espaço físico, recurso humano especializados e materiais específicos.

2)Relate o programa de ensino especial do aluno F.M.

_____

3) Quais as características e necessidades educativas especiais do aluno?

_____

4) O aluno recebeu estimulação essencial? Qual? Durante quanto tempo? Relate.

_____

5) Na sua opinião existem benefícios do trabalho pedagógico com aluno portador de necessidades especiais em classe inclusiva? E quais as dificuldades?

ANEXO 2 – TERMINALIDADE ESPECÍFICA

Nome: Felipe Ferreira Moreti
Data de nascimento: 02 de julho de 1987
Filiação: Waldemar J. Moreti e Dejaírada Silva F. Moreti
Ano de ingresso: 2001
Ano da terminalidade: 2004

Felipe Ferreira Moretti freqüentou o Centro de Educação Integral Professora Nair de Macedo desde o ano de 2001, sendo considerado aluno de inclusão, com uma proposta pedagógica diferenciada adaptada de acordo com suas necessidades especiais específicas. Em contra-turno freqüentou a Escola de Educação Especial Ecumênica em proposta de pré-profissionalização.

Durante este período de permanência, investiu-se no seu processo de adaptação, desde o convívio neste novo espaço, o relacionamento com os colegas e funcionários e com a comunidade escolar. Constatou-se que apresentou significativo progresso no relacionamento com as pessoas, no desenvolvimento de sua autonomia e linguagem, bem como na aprendizagem.

Atualmente, Felipe se relaciona bem com os funcionários, professoras e alunos da escola. É muito amoroso, atencioso e querido por todos.Identifica-se também com os alunos menores (na faixa de 4 a 6 anos), sendo que no recreio organiza atividades recreativas com eles como: brincadeiras de roda, mímicas, pega-pega.

Lembra do nome da maioria dos colegas da sua turma, esquecendo e trocando alguns em que não tem muito contato.

Apresenta resistência quanto às aulas de informática.Permanece um período muito curto nesta atividade e ainda com acompanhamento individual da professora procurando, dessa forma, outra atividade a ser feita que não tenha relação com o computador.

Interessa-se por atividades de colagem, pintura com giz e tintas e montagem. Tem estabelecido um código de escrita próprio, em que os repete até preencher os espaços do material que utiliza, gosta de pintar observando e respeitando os limites (pinta dentro dos contomos). Representa figuras por meio de desenhos.

Executa tarefas quando solicitado: leva bilhetes a outros professores e/ou pedagogos e direção, chama-os quando necessários, organiza armários. Cabe destacar que é muito organizado com seu material e com a ordem da sala de aula e da escola (fecha das salas e dos banheiros, guarda os materiais de colegas, organiza armários entre outros), por iniciativa própria, estando atento às mudanças que ocorrem no ambiente.

A equipe que acompanha Felipe considera que o mesmo possa freqüentar, no ano de 2005, um programa de profissionalização. Sugere-se que a instituição que oferecerá o curso realize uma avaliação com o intuito de verificar seus interesses e suas habilidades, propiciando ao aluno atividades onde possa demonstrar suas competências com criatividade e espontaneidade.

Neste ano de 2004, conclui-se o processo de escolaridade em caráter de inclusão do aluno Felipe Ferreira Moretti, sendo de concordância de toda Rede de Apoio Interna e Externa, a qual se responsabiliza por este termo de terminalidade, junto à equipe do Centro de Educação Integral Professora Nair de Macedo.

Constam nas atas das reuniões realizadas neste processo de inclusão os nomes e funções dos representantes das entidades envolvidas: Centro de Educação Integral Professora Nair de Macedo, FEPE – Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, Secretaria Municipal de Educação – Gerência de Educação Especial.